

Corte de servidor só reduz gastos em 99

O ministro da Administração, Luiz Carlos Bresser Pereira, disse ontem que os cortes no funcionalismo público federal só produzirão efeito a partir de 1999. Explicou que os R\$ 300 milhões a serem economizados no ano que vem com as demissões deverão ser gastos com o pagamento de indenizações aos servidores dispensados.

Bresser informou que as indenizações serão pagas no mesmo esquema do Programa de Demissões Voluntárias: o funcionário demitido receberá o valor de seu salário multiplicado pelos anos de serviço. Por causa desse gasto, as demissões só devem começar a partir do dia 1º de janeiro, quando será liberada a verba prevista no Orçamento da União para pagamento das indenizações.

O ministro disse que os funcionários demissíveis estão entre os não-estáveis que ocupam cargos sem relevância técnica ou possam ser substituídos por funcionários estáveis. Bresser confirmou que servidores de universidades federais também serão demitidos ou remanejados.

Para fazer os remanejamentos, o ministro vai revogar portaria que assinou ontem. "Quando baixei a portaria, quis evitar o remanejamento por parte dos ministros. Depois irei revogá-la e remanejar eu mesmo os funcionários de cada ministério", disse.

Segundo Bresser, o critério das demissões será técnico. "Fizemos

um levantamento das necessidades dos ministérios e do número de funcionários disponíveis, e verificamos um excedente de 40 mil. Por outro lado, 55 mil funcionários do total disponível não são estáveis. Então, identificamos os cargos que não eram necessários para deles eliminar vagas", explicou.

Até o fim do mês, portaria do Ministério da Administração especificará os cargos em que haverá cortes. "Pedirei aos ministros que façam as listas de funcionários nesses cargos, cruzarei o conteúdo das listas com o cadastro de funcionários e demitiremos os que conferirem", detalhou.

Inativos – Quanto aos funcionários inativos a serem demitidos, Bresser disse que já estão sendo identificados os que não se recadastraram em julho. "Descobrimos 144 mil funcionários não recadastrados. Enviei um memorando nominal para que se apresentem, ou os pagamentos já deste mês serão cortados", disse.

Perguntado se iria interferir em demissões nos estados, Bresser disse que os que enfrentam dificuldades financeiras deverão cortar funcionários. "Alguns estados em crise, como São Paulo, já cortaram 130 mil funcionários desde o início do governo. Outros não demitiram seus excedentes, e ainda continuam atravessando dificuldades", comparou.